Sumário

Prefácio xxiii

Capítulo I – Aspectos Jurídicos Gerais e Preliminares ... 1
1. Natureza Jurídica do "Franchising" 1
2. Modalidades de Franquias 4
   2.1. Classificação Geral 4
   2.2. Franquias Compartilhadas 5
   2.3. "Franchising" x Serviços 6
   2.4. "Franchising" e Modernidade 8

Capítulo II – O Sistema de Franquia Empresarial no Brasil 11
3. "Franchising" – Conceito 11
   3.1. Básico em "Franchising" 11
   3.2. O que é e o que não é franquia empresarial 12
   3.3. "Franchising" x Negócio Próprio 14
   3.4. "Franchising". Conceito Precursor 15
   3.5. "Franchising" × Distribuição 17
   3.6. "Franchising" × Licenciamento 18
   3.7. Franquia de Primeira Geração × Formatação 20
   3.8. O Dilema 21
      3.8.1. Ser franqueado ou franqueador? Eis a questão 21
      3.8.2. Ética do franqueador 22

Capítulo III – Atuações e Modalidades que nos Interessam Conhecer de Perto 25
4. Responsabilidade Social 25
5. Balanço Social 31
   5.1. Atuação Socioambiental. Mais de 50% das Companhias têm Relatório Social 38
6. Empresa Cidadã – Resumo 40
7. Franquia Social 42

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7.1. Conceito 42
7.2. Apoio de Entidades de Classe à Franquia Social. 53
7.3. Terceiro Setor: O Embasamento Jurídico-Social Existente 57
7.4. Franquia Empresarial × Franquia Social. Quadro Comparativo 59
7.5. Exemplos 60
7.5.1. Fundação Banco do Brasil lança a Franquia Social 60
7.5.2. Outros Exemplos 62
8. Os SAC do Estado da Bahia. A Franquia Público-Social (FPS) 62
9. Franquia Pública 64
9.1. Evolução do Papel do Estado 64
9.2. Conceituação 67
9.3. Características 68

Capítulo IV – A Possibilidade de Utilização da Franquia Pública na Replicação dos Postos SAC – O Amparo Jurídico-Legal Existente 71
10. Previsão Legal Específica só de Lege Ferenda, assim mesmo só para a Administração Indireta 71
10.1. Franquia na Administração Pública Direta e Indireta 73
10.2. Credenciamento 74
11. Franquia Pública. Amparo Jurídico-Legal Existente. Prolegômenos 77
11.1. Utilização Legal da Franquia Pública 77
11.2. Princípio da Legalidade 79
11.3. Ingresso da Franquia Pública nas Atividades do Estado 80
11.4. Diferenças entre Franquia Pública e Franquia Empresarial 81
11.5. Espécies de Franquia Pública 83
11.6. Concessão Constitutiva em Franquia Pública ... 85

Capítulo V – Conclusão 89
12. Após Percuciente Análise 89

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

12.1. Conclusão pela Viabilidade de Adoção da Franquia Pública como forma de Operação dos Postos SAC por Terceiros Franqueados 89
12.2. Indicação do Respaldo Legal que Assegure ao Estado Normatizar o Funcionamento e Exercer o Monitoramento da Operacionalização dos Postos SAC 89
12.3. Proposição das Formas de Credenciamento, Monitaramento e Descredenciamento dos Postos SAC 90
12.3.1. Monitoramento 91
12.4. Indicação das Formas Cabíveis de Responsabilização dos Operadores de Postos SAC e Respectivos Funcionários, em caso de Prestação de Serviços em Desacordo com as Normas Existentes 91
12.5. Proposição de Condições para a Preservação da Capacidade de Intervenção do Estado, caso sejam Apresentadas Condições Inadequadas de Atendimento 92
12.6. Definição de Formas de Atuação e Remuneração dos Operadores dos Postos SAC, bem como Fontes de Recursos a serem Envolvidos na Implantação e Custeio dos Postos SAC 93
12.6.1. Formas de atuação 93
12.6.2. Franquia público-social 94
12.6.3. Fontes de recursos. A situação vigente . 95
12.6.4. Os patrocínios 95
12.6.5. Os recursos do Estado 97
12.6.6. Doações 97
13. Fluxo da Franquia Público-Social dos Postos SAC 99
14. Plano Estratégico 100
15. Tabela-Síntese 102
16. Epílogo 103

Posfácio 109

Bibliografia Consultada 115

ANEXOS

Anexo 1 – Proposta de plano de trabalho para prestação de serviço de consultoria especializada em estratégia de canais, visando à adoção do modelo de franquias para as Centrais de Serviços de Atendimento ao Cidadão do Estado da Bahia (SAC/BA) 125

Anexo 2 – Fórum Setorial de Franquia. Solenidade de Instalação 131

Anexo 3 – Quadro comparativo 139

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br